

O QUE ESPERAR PARA MINAS GERAIS AGORA?

É PRECISO RECONSTRUIR

um Estado que foi sucateado e negligenciado nos últimos 12 anos. O que podemos esperar do novo governo? Os servidores da saúde aguardam negociações que caminham para a reconstrução da carreira e dos salários. O Sind-Saúde/MG vai cobrar as promessas de campanha que ajudaram a eleger o novo projeto para Minas Gerais.

HERANÇA MALDITA

O fantasma da política remuneratória estadual
Página 04

PISO DOS AGENTES

ACS e ACE têm vitória histórica; desafio é fazer prefeitos cumprirem a lei
Página 05

PARTICIPAÇÃO

Controle Social deve ser espaço para mudança política

Fhemig 30 horas sem redução salarial



Trabalhadores da Fhemig fizeram bota-fora de uma gestão que acumulou desrespeito com a categoria e com a saúde pública no Estado.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é uma reivindicação histórica dos servidores da saúde, em especial, do Sind-Saúde/MG. Em Minas Gerais, os trabalhadores da saúde foram golpeados pelo governo mineiro primeiro com a imposição da jornada de 40 horas na Fhemig, na contramão das recomendações mundiais e segundo em 2011 quando impôs a redução da jornada de trabalho com prejuízo nos salários. Mesmo penalizando o trabalhador com o salário menor, o governo não cumpriu o acordo. Mesmo com a promessa de redução da jornada, o governo tinha excluído trabalhadores, o que o Sind-Saúde nunca aceitou.

Agora, a redução da jornada semanal para 30 horas semanais

sem redução dos salários volta com força nas reivindicações dos trabalhadores da Fhemig.

Em 2015, com o novo governo que já recebeu a reivindicação das 30 horas, os trabalhadores precisam estar organizados permanentemente para essa conquista.

Nos últimos meses, o Sind-Saúde/MG realizou uma jornada de assembleias locais com o objetivo de intensificar a mobilização dos trabalhadores da Fhemig para a atuação da categoria junto ao novo governo.

Novos delegados sindicais também foram eleitos nestas assembleias que irão contribuir para o fortalecimento das negociações e o repasse das demandas dos trabalhadores.

Funed Mais delegados sindicais irão fortalecer a organização

Dentre as reivindicações dos trabalhadores da Fundação que não foram atendidas em 2014 estão, por exemplo, a revisão da carreira, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais e a isonomia de tratamento. Outra luta que deverá ter continuidade em 2015 é a extensão do recebimento

da GIEFS integral e Gratificação Complementar a todos os servidores da SES à disposição da Funed.

O Sind-Saúde/MG também já fez a eleição de novos delegados sindicais na Funed para contribuir na organização das demandas e fortalecer a luta dos trabalhadores dentro da Fundação para 2015.

Unimontes Reestruturação da carreira já

As principais reivindicações dos trabalhadores da Unimontes esse ano foram: a retirada do desconto do contracheque no salário base dos servidores, gratificação de urgência e emergência e a reestruturação do plano de carreira, cargos e salários. Os servidores realizaram paralisações, passeatas e assembleias para discutir propostas e decidiram aceitar o reajuste de 6,5% do governo, mas a luta pelas demais reivindicações continua para o próximo ano. Na véspera de entregar a gestão, o governo deu um novo golpe nos trabalhadores e diminuiu o percentual de reajuste para 4,62%.

Hemominas Trabalhadores querem isonomia

Os trabalhadores da Hemominas sentiram o descaso do governo com os servidores nas negociações de 2014. A única reivindicação atendida pela gestão foi o reajuste do vale-alimentação que estava defasado em relação aos outros órgãos. Mas a necessidade de isonomia foi deixada de lado pelo governo. Uma das demandas dos trabalhadores da Fundação foi caracterizar a unidade como setor de emergência para que os servidores fizessem jus ao adicional que hoje é dado somente para a Fhemig. Outros benefícios concedidos aos trabalhadores da Fhemig foram pleitados para a Hemominas, como é o caso do adicional de fim de semana, mas a gestão negou quase toda a pauta dos trabalhadores. Agora, o desafio para a Hemominas é eleger delegados sindicais para construir a mobilização e mudar a história de sucateamento das carreiras.

ESP Luta pela Giefs

Os trabalhadores da Escola de Saúde Pública (ESP) tiveram negado do governo tucano o direito legal à Giefs. Ao descumprir a lei e não pagar os trabalhadores a gratificação, o governo mostrou durante as reuniões que aconteceram em 2014 que apesar de ter ciência da ilegalidade não iria atender o pleito. A demanda dos trabalhadores pelo pagamento da Giefs será uma das pautas apresentadas para o novo governo, além de outras como a criação da creche para as mães e pais trabalhadores. A única reivindicação atendida foi o aumento do valor do vale-alimentação.

Estadual

SES Apartheid continua e desvalorização das carreiras é insustentável



Em fevereiro de 2014 o Sind-Saúde convidou os AUGAS para uma das reuniões com a gestão. Eles assistiram o descaso do governo.

O termo *apartheid* se refere a pesada política de segregação racial implantada na África do Sul em 1948. Mas o que o governo estadual aplicou na Secretaria de Saúde tem semelhanças no que diz respeito às injustiças e separação dos trabalhadores. As carreiras, todas defasadas, escondem também a forma escusa que o governo jogava um trabalhador contra o outro na SES. Muitos desempenham a mesma função e tem tabelas salariais radicalmente diferentes.

Um dos exemplos é a carreira dos AUGAS. Uma das mais prejudicadas, tinha a compreensão da tabela programada pelo governo sem nenhuma política de valorização. Os municipalizados, esquecidos completamente pelo governo, ficaram sem receber benefícios do governo. Outras carreiras também foram prejudicadas e apesar de ter ciência e estudos dos danos causados, o governo que entrega a gestão nunca se preocupou em resolver o problema que ele próprio criou.

Além disso, apesar da carência de pessoal, a gestão se atrapalha na efetivação do concurso público que foi adiado por tempo indeterminado.

A necessidade agora é dialogar com os próximos gestores para mudanças estruturais e voltar o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Expediente

Órgão informativo do Sind-Saúde-MG

Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais

Secretaria de Comunicação:

Erico de Moraes Colen

Leide Cássia Fernandes Medeiros

Estagiários de jornalismo:

Nayara Morais

Paulo Marques

Jornalista:

Mariana Arêas - 11.880/MG

Diagramação:

Mariana Arêas

Histórico da Campanha Salarial

2014



A greve da saúde começou no dia 27 de maio de 2014 com uma grande passeata e um bonito abraço simbólico na Praça Sete. Com um movimento forte, com várias manifestações, assembleias gerais, acampamentos e ocupações, os trabalhadores colocaram fim a greve no dia 13 de junho.

Saúde parou em Minas para exigir carreira

Mais uma vez, os trabalhadores da saúde mostraram que são aguerridos e mesmo com um governo truculento e desrespeitoso foi capaz de ir às ruas e não baixar a cabeça. Em 2014, como nos anos anteriores, foi preciso fazer greve para manter algum diálogo sério com o governo. O Sind-Saúde/MG não fez a cena que o governo tucano gosta de elaborar com maquiagem nas negociações. Foi nas ruas que os trabalhadores, organizados pelo Sindicato, mostraram a farsa desta política remuneratória que tenta maquear a

péssima relação da então gestão com os trabalhadores. Foram 18 dias de greve, com conciliação na Justiça, para o governo aceitar o básico: escutar os trabalhadores.

A intenção do governo, como o Sindicato sempre alertou, era fazer 2014 passar em branco para o funcionalismo. A necessidade eleitoral e a pressão dos trabalhadores fizeram a malfadada gestão apresentar uma proposta de reajuste de 6,5% para janeiro de 2015. Em pleno período eleitoral, o governo sustentou a importância do reajuste, mas com o resultado

das urnas aplicou um novo golpe contra o funcionalismo: o projeto encaminhado para o legislativo diminuiu o percentual em 4,62% para outubro de 2014.

Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos (Dieese), consultado pelo Sind-Saúde, a proposta do governo esconde três meses de inflação nas duas propostas. “No primeiro caso, a perda seria acumulada entre outubro de 2013 e dezembro de 2014, resultando num INPC de aproximadamente 8,24% - enquanto o reajuste seria de 6,5%.

No segundo caso, a perda seria acumulada de outubro de 2013 a setembro de 2014, resultando em um INPC de 6,59%, enquanto o reajuste seria de 4,62%. A diferença é que no primeiro caso faltaria 1,63% para repor totalmente as perdas do período, e no segundo faltaria 1,88%” diz o técnico do escritório regional de Minas Gerais do Dieese, Lucio Monteiro.

O Sind-Saúde denuncia este golpe contra os trabalhadores na ALMG e permanece na luta para valorização da carreira e o descongelamento dos salários em 2015.

Como estão os hospitais mineiros entregues pela gestão depois de 12 anos no poder? O Sind-Saúde/MG reuniu algumas das cenas que ilustram o descaso na saúde. É preciso mudar!



Alagamentos nas unidades de saúde são constantes. Infiltrações e goteiras prejudicam serviço e colocam em risco equipamentos, pacientes e servidores.



Descasos: em vários hospitais mantidos até então pelo governo do PSDB acumulam o desperdício de materiais que ficam expostos ao tempo. Dinheiro da população que foi jogado fora durante anos de desgoverno.

Equipamentos e materiais sucateados são a marca da má-gestão do governo que deixa Minas Gerais.



A falta de investimento, de políticas de saúde e escassez de pessoal reduz os leitos e atendimentos no SUS de Minas Gerais. A estrutura dos hospitais mineiros, que poderiam atender um número maior de usuários, foi sistematicamente reduzida com verbas cada vez menores para a saúde.

RAIO X DA SAÚDE

Novo governo precisa enfrentar desafios

NADA DEVE PARECER IMPOSSÍVEL DE MUDAR

As eleições de 2014 trouxeram um ar de esperança e renovação para Minas Gerais. Depois de 12 anos sofrendo nas mãos de uma gestão que sucateou a saúde, o Sind-Saúde e os trabalhadores da saúde renovaram as energias para começar uma nova luta. O novo governo terá uma grande caminhada e muitos desafios pela frente.

Encerra-se um ciclo de uma administração que foi traumática para os trabalhadores do serviço público, em especial da saúde. Para o Sindicato, o primeiro passo para a transformação é começar a valorizar o servidor da saúde, só

assim ele terá condições de exercer sua profissão com a qualidade necessária e atender ao usuário da melhor maneira possível. Infraestrutura também é uma necessidade, será preciso resgatar estruturas sucateadas em todo o sistema estadual de saúde. Além disso, é preciso rever a data base, ajustando novos parâmetros para repactuação dos valores e recuperação salarial dos servidores da ativa e aposentados.

Para que todas essas mudanças ocorram, a atuação do sindicato será, como sempre, a de cobrança. O futuro governador de Minas Ge-



rais, Fernando Pimentel, já assumiu compromisso com as principais reivindicações dos trabalhadores: a revisão na estrutura do plano de carreira e a redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais, sem redução dos salários.

O novo governo precisa ouvir os trabalhadores e os movimentos sociais com atenção, e em seguida tomar medidas para que a transformação aconteça com a urgência que a saúde pede.

Outra mudança prometida pelo novo governador é a regionalização e a participação social nas políticas de saúde. Esse novo olhar poderá trazer uma relação diferenciada com os municípios e favorecer a os níveis da saúde pública de uma forma sistêmica.

Compromisso assumido

Novo governador, Fernando Pimentel, assinou carta compromisso com o funcionalismo estadual durante a campanha eleitoral. Agora, vamos cobrar o que foi assinado. Veja o item que trata dos servidores da saúde:

Revisão da Carreira para profissionais da saúde e redução da jornada de 40 para 30 horas sem redução salarial.

Fernando Pimentel

No fim de governo, IPSEMG tem recursos sequestrados

Assim como aconteceu na primeira vez que o PSDB perdeu o governo de Minas Gerais, na época com o ex-governador Eduardo Azeredo, os tucanos entregam um pacote de maldades com o povo mineiro e demonstram total desapego a coisa pública. Um dos alvos foi o Ipsemg. No apagar das luzes da administração tucana em Minas Gerais, o governador Alberto Coelho transferiu, via decreto, quase R\$ 250 milhões do fundo de saúde dos servidores públicos

para o caixa único do estado.

O montante de cerca R\$ 250 milhões corresponde à contribuição de 3,2% para a assistência médica do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), descontada diretamente no contracheque do funcionalismo público. O Ipsemg beneficia quase um milhão de pessoas, entre servidores e dependentes, em sistema de coparticipação.

A destinação da contribui-

ção estava prevista no decreto 39.874/2008, alterado por decisão individual do governador, manifestada no decreto 46.649/2014, publicado no Diário Oficial de Minas no dia 20 de novembro de 2014. Agora o valor que deveria ser aplicado na saúde do servidor pode ser utilizado para quaisquer outros fins. Segundo o vice-líder do PT, os impactos do novo decreto são vários. O mais grave deles se refere à perda das receitas de aplicações

financeiras provenientes da utilização da conta original do Ipsemg, que já se encontra bastante sucateado. O governo do estado já havia transferido R\$ 3,4 bilhões de recursos referentes à previdência social dos servidores para a conta única, no ano passado. A medida, aprovada por decisão da assembleia de maioria tucana, resultou na extinção da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais (Fundasemg).

Municípios

Greves e manifestações marcam campanhas salariais nas prefeituras



Desafio para o próximo ano é consolidar a participação dos servidores municipais para garantir avanços e cumprimento das leis federais que prefeitos negligenciam

O ano de 2014 foi marcado por várias manifestações e greves que tinham como monte a valorização dos trabalhadores municipais da saúde. A luta nos municípios, apesar de suas especificidades em cada prefeitura, em geral se dá com muita dificuldade pela falta de abertura dos prefeitos e dos mantenedores do poder local para negociar. Apesar disso, os trabalhadores municipais mostram força na organização e conseguiram feitos importantes na luta por melhores condições de trabalho.

Em Ibirité, por exemplo, os trabalhadores da saúde na cidade fizeram uma greve histórica e conseguiram avançar muito na mobilização da categoria. O município da Vale do Paraopeba, Região Metropolitana de Belo Horizonte, nunca tinha tido a organização dos trabalhadores da saúde. Em 2013, a categoria percebeu a importância da união e começaram a se reunir através do Sind-Saúde. Agora nesse ano, depois de 8 dias de greve, os servidores conseguiram reajuste salarial de 6%, reajuste da cesta básica, abertura para construção do plano de carreiras, dentre outros itens.

Outras cidades mineiras também conhecem o poder da mobilização dos trabalhadores. A campanha salarial 2014 levou atos de protes-

tos e conquistas em dezenas de municípios em que o Sind-Saúde/MG representa os trabalhadores. Este foi o caso de Ribeirão das Neves, onde os trabalhadores da saúde foram às ruas pelo plano de carreiras e Vespasiano que conseguiu a vitória na Justiça para a progressão dos trabalhadores na carreira.

Mas nessa batalha por melhorias de condições de trabalho, muitos absurdos ainda são realizados pelas prefeituras. Em vários municípios o descumprimento as leis trabalhistas são frequentes. Prefeituras chegam a negar 13º salário, férias, insalubridade, hora-extras, atrasam salários dos trabalhadores e abusam no desvio de função dos servidores. Os trabalhadores precisam se mobilizar cada vez mais, com a representação do Sindicato, para mudar estas realidades e conseguir a tão sonhada valorização profissional.

Em Montes Claros, a luta dos trabalhadores da cidade é por uma revisão de todos os salários da saúde e principalmente do plano de carreiras. Outra questão é a capacitação dos trabalhadores, EPIs adequados, política de saúde do trabalhador eficiente e a redução da jornada de trabalho, que hoje é de 40 horas semanais.

Falta de materiais em todos os setores e terceirização de serviços de saúde foram práticas comuns da gestão do município. Para combater todos esses problemas, os trabalhadores se uniram em uma greve que resultou na perseguição pelo governo aos sindicatos. Nas cidades da região o movimento também foi de luta, os trabalhadores de São Joaquim de Bicas se mobilizaram e realizaram paralisações pela campanha salarial e por melhores condições de trabalho. Para 2015, Sarzedo e Mario Campos planejam se organizar para lutar por novas reivindicações.

A terceirização também é preocupação para os trabalhadores de Patos de Minas. O SAMU foi entregue ao Corpo de Bombeiros. Agora os servidores públicos, concursados, e que foram designados para funções diferentes com essa medida lutam para reverter a situação. Já o Conselho Municipal de Saúde, que deveria fiscalizar e fazer um papel de opositor, está deixando a desejar.

Muita luta une os trabalhadores municipais. O Sind-Saúde/MG tem o desafio de unificar essas batalhas e transformar, através da necessidade coletiva, uma realidade diferente para todos os trabalhadores em Minas Gerais.

Acesse www.sindsaudemg.org.br

Curte nossa página no Facebook.

Informados e unificados somos mais fortes!



Piso dos agentes é grande vitória e abre caminho para novas conquistas

Em 2014 a luta dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Controle de Endemias (ACE) ganhou impulso obtendo uma grande vitória: a sanção da Lei Federal 12.994 que determinou a obrigatoriedade do pagamento do piso salarial dos agentes. O Sind-Saúde/MG comemorou essa conquista com os trabalhadores após muito tempo de batalha.

Depois desse acontecimento se iniciou uma nova batalha fazer a Gestão dos municípios cumprir esta lei e quitar os salários no piso definido. Alguns prefeitos e secretários municipais de saúde, vem insistindo no descumprimento cometendo crime de responsabilidade.

A luta diária do Sindicato diretamente nos municípios fez toda a diferença, a medida que o Sind-Saúde/MG fez o debate com as categorias restou apenas a mobilização e organização nesse enfrentamento. Já ocorreram algumas conquistas em foi Ribeirão das Neves,



Vespasiano, Cordisburgo, Janaúria e em algumas outras cidades como Patos de Minas, Janaúba e Corinto a vitória está a caminho.

Regime Jurídico Único é a necessidade

Outra orientação das leis federais que não são levadas em conta pelas prefeituras é em relação ao regime jurídico único. Colocar este critério em regra nas prefeituras significa que os agentes terão o mesmo vínculo que os servidores, ou seja, serão regidos pelo estatuto do servidor. Isso garante aos ACS e ACE a

possibilidade de plano de carreira e todos os benefícios aplicados aos servidores da cidade.

Agora é buscar a conquista de leis municipais que instituem essa regulamentação em todas as cidades que ainda não possuem. Precisamos também avançar nas demais áreas, função, equipes. Incluir todos os trabalhadores nos planos de carreira e buscar solução das questões estatutárias. Os municípios que já movimentaram nesse sentido são: Ribeirão das Neves, Vespasiano, Janaúria e em algumas outras cidades como Patos de Minas, Janaúba e Corinto a vitória está a caminho.

A criação leis municipais que aperfeiçoem e defina os procedimentos para cumprir a legislação federal que instituiu o pagamento do piso dos agentes é só o começo de uma luta. O regime jurídico único é uma necessidade dos trabalhadores, pois regulamenta o vínculo dos agentes aos municípios, formaliza o pagamento do piso salarial e define as diretrizes para o desempenho da profissão.

Mapa de risco mostra carências dos trabalhadores municipais de saúde



Teto do laboratório da Policlínica



Tacos soltos podem causar queda e perfuração devido aos pregos nos tacos e piso



Suporte da bancada de trabalho da sala de enfermagem



Sobrecarga do sistema elétrico

Alguns dos graves problemas da estrutura física das unidades de saúde de Vespasiano puderam ser fotografados no levantamento da engenheira do trabalho

Mapear os perigos riscos e danos que podem, direta ou indiretamente, causar acidentes e doenças relacionadas com o trabalho. É para ter esse diagnóstico preciso, para possibilitar a informação sobre segurança e implementar uma política de prevenção e proteção da vida e da saúde dos trabalhadores que o mapa de risco deve ser realizado, principalmente nos serviços de saúde pública. Esse diagnóstico, feito de forma séria e com efeito prático, pode melhorar e muito as condições de trabalho dos servidores da saúde. É com esta aposta que o Sind-Saúde/MG realizou um levanta-

mento das condições de trabalho na saúde municipal de Vespasiano. O resultado é preocupante e aponta para uma intervenção imediata da prefeitura para mudar a estrutura física dos locais de trabalho na cidade. A intenção do Sindicato é elaborar levantamentos como este em outros municípios mineiros e unidades de saúde. De acordo com informações que chegam até o Sindicato e de visitas anteriores, o diagnóstico é quase uniforme para os trabalhadores da saúde em toda Minas Gerais.

A engenheira do trabalho, Marta de Freitas, responsável pelo

Mapa de Risco de Vespasiano identificou uma série de problemas que causam insegurança, adoecimento e estresse aos trabalhadores. Dentre os danos podem ser percebidos desde o aparecimento de doenças graves até alterações na rotina como cansaço e estafa do trabalho. A lista desenvolvida no documento mostra as deficiências na parte física dos locais de trabalho, contato com substâncias químicas, biossanitária, segurança, sociais, ambientais psicológicas e ergométrica. Ao final do levantamento, o Sind-Saúde, através da engenheira de trabalho recomenda à Secretaria

de Saúde de Vespasiano 21 implementações imediatas, 11 em médio prazo e 5 a longo prazo.

Dengue

Dentre as doenças que podem surgir no desempenho da função chama a atenção o risco de câncer com o manuseio da Larvicida Diflubenzuron, produto utilizado para o combate ao mosquito da dengue. O estudo é feito pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A recomendação que a longo prazo o produto seja substituído por um agrotóxico menos agressivo.

Municípios

Efeito dominó. Essa deveria ser o círculo virtuoso que as prefeituras deveriam promover após a implementação do piso dos agentes pela lei federal 12.345. A valorização dos servidores municipais da saúde, antes uma necessidade que ficava quase amordaçada, agora grita alto. A luta pelo piso salarial dos agentes de saúde acendeu este grande debate na atenção básica: o grave problema dos salários, péssimas condições de trabalho que os trabalhadores da estratégia da família estão expostos pelas prefeituras.

Em muitas cidades, os servidores municipais da saúde convivem com salários bases abaixo do mínimo, com a dependência de penduricalhos que somem em casos de aposentadoria ou afastamento. A luta por



melhores condições de trabalho e salário nos municípios ganha um folego a mais com a mobilização que, em várias cidades, teve o

pontapé inicial dado pela luta pela regularização dos agentes.

A realidade das relações de trabalho nos municípios precisa

amadurecer muito. O Sind-Saúde/MG convoca os trabalhadores municipais para mobilização em busca do plano de carreiras, melhoria dos salários, efetivação de direitos como insalubridade e tantas outras demandas específicas.

É preciso avançar mais. É preciso agora discutir a fundo todos os desafios e demandas dos trabalhadores da saúde que sustentam a atenção primária, a base do SUS. A regulamentação do piso pelo governo federal mostra que a luta não é isolada, é uma necessidade para desenvolver uma saúde pública de qualidade. Vamos unir nossas forças e fazer o efeito dominó em defesa da valorização de todas as categorias.

Prefeitura precisa fazer Mesa de Negociação funcionar

A Mesa de Negociação do SUS é um importante espaço destinado para a negociação permanente que discute as relações de trabalho. Apesar da determinação do Conselho Nacional, as mesas de negociação permanentes dos SUS não são realidade em todos os municípios. Muitos deles, quando tem a criação da Mesa, deparam com problemas de falta de resultabilidade. Este fato faz com que os trabalhadores se distanciem da Mesa e desacreditem nela, mas lutar por este espaço deve ser uma demanda dos trabalhadores. O envolvimento de secretarias que tenham responsabilidade no processo de negociação, como secretarias de administração, podem aumentar o grau de autonomia destas mesas.

Para instalar uma Mesa de Negociação, o município pode pedir apoio da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS). Em Minas Gerais a Mesa Estadual de Negociação do SUS foi criada em 2004 e enfrenta o problema da falta de autonomia da Secretaria de Saúde e o esvaziamen-

to das decisões por parte do governo estadual.

“A mesa permanente de negociação do SUS tem de tudo para ser um canal importante para trabalhadores e gestão. Mas nos últimos anos, os governos estadual e municipais deixaram de fazer discussões importantes e colocaram em xeque o funcionamento”. Essa é a avaliação do diretor do Sind-Saúde/MG, Renato Barros, que acompanha essa instância de negociação estadual desde a instalação. A MENP-SUS é vinculada ao Conselho Estadual de Saúde (CES-MG) e se reúne toda segunda-feira de cada mês.

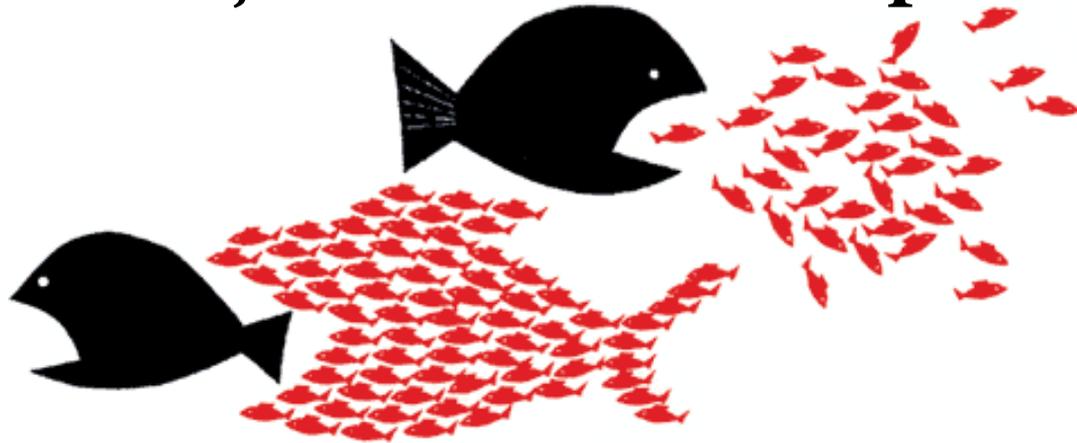
O funcionamento das Mesas (federal, estaduais e municipais) devem seguir o protocolo 002/2003 da MNNP-SUS. A composição deve ser paritária, ou seja, reunir os gestores, prestadores de serviços e sindicatos representativos dos trabalhadores da saúde. A Mesa de Negociação Nacional foi criada em 2003.

Protocolos da Mesa Nacional de Negociação do SUS

- Protocolo 001/2003 (revisado em 2012)**
Regimento Institucional da MNNP – SUS
- Protocolo 002/2003**
Instalação das Mesas Estaduais e Municipais de Negociação do SUS
- Protocolo 003/2005**
Criação do Sistema de Negociação Permanente do SUS
- Protocolo 004/2005**
Aprova o Processo Educativo em Negociações do Trabalho no SUS e institui diretrizes para sua execução.
- Protocolo 005/2006**
Dispõe sobre orientações, diretrizes e critérios para aperfeiçoar procedimentos de cessão de pessoal no SUS.
- Protocolo 006/2006**
Aprova as “Diretrizes Nacionais para a instituição de Planos de Carreira, Cargos e salários no âmbito do SUS”.
- Protocolo 007/2007**
Dispõe sobre a implementação da Política de Desprecarização do Trabalho no SUS junto às Mesa e Mecanismos de Negociação.
- Protocolo 008/2011**
Intitui as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS.

Controle Social

Conheça as instâncias de participação do trabalhador



Os Conselhos de Saúde são órgãos de controle do SUS pela sociedade nos níveis municipal, estadual e nacional e são ferramentas diretas que os trabalhadores têm para incidirem no debate e decisões das gestões. Em um momento que o País discute e questiona seus representantes, a possibilidade de participação e envolvimento com as decisões políticas é um caminho estratégico para mudança estrutural. O SUS tem um grande exemplo de controle social e os trabalhadores da saúde podem e devem se empoderar deste espaço.

Como funcionam os Conselhos?

Conforme previsto na lei 141/13, a participação se dá de forma paritária, o que garante que esses espaços democráticos abriguem representantes da sociedade civil, representantes dos trabalhadores e do governo. Isso significa que tanto servidores, quanto usuários do sistema possuem a chance de se reunir com gestores para definir propostas de melhorias na saúde.

Além disso, o Conselho Municipal funciona como primeira instância e é onde se iniciam os preparativos para as Conferências da Saúde, onde são definidos encaminhamentos para Política Estadual de Saúde e Política Nacional de Saúde.

Os conselhos municipais têm também tarefa no controle do orçamento destinado à pasta, de acompanhar os investimentos e os repasses federais para o SUS, além de controlar a execução das ações da saúde e levantar as demandas que a sociedade necessita. Ou seja, além de ajudar a encontrar melhorias para o SUS, os conselhos também atuam como agentes fiscalizadores do governo.

MESA DE NEGOCIAÇÃO ESTADUAL: Outro espaço importante de controle social são as Mesas de Negociações do SUS. Em Minas Gerais, a expectativa é que esta instância volte a funcionar com autonomia nas negociações. A participação dos trabalhadores e acompanhamento das reuniões é fundamental para cobrar efetividade da Mesa.

O Sind-Saúde/MG está presente nos principais conselhos de políticas públicas, nacionais, estaduais, municipais, distritais e hospitalares representando os trabalhadores da saúde e garantindo que a valorização destes seja sempre uma pauta presente nos debates.

Página negra em BH

Com fraudes na eleição do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a mesa diretora foi eleita sem a participação dos trabalhadores, condição que deve ser obrigatória para garantir a paridade da representação. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recomenda a anulação da eleição e o afastamento de alguns conselheiros que tiveram as irregularidades no processo. Descumprindo a determinação do MP, a nova diretoria do Conselho, aparelhada pela prefeitura municipal, não aprovou a nova eleição. O Sind-Saúde/MG e demais sindicatos do funcionalismo de BH denunciam a ilegitimidade da composição da mesa.



Conferência aponta para as políticas e os desafios



Em 2015 acontece mais uma Conferência Nacional da Saúde em Brasília e dessa vez o tema será “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas. Direito do povo brasileiro.”.

O diretor do Sind-Saúde, Érico Colen, avalia que para a edição da Conferência precisa discutir a atenção básica do SUS. Segundo ele, para se ter qualidade na saúde é necessário investir em prevenção. “Para falar de qualidade no SUS é preciso pensar no modelo de saúde adotado no Brasil, que investe muito pouco em prevenção, proteção e promoção. Para reduzir os custos em saúde temos que investir prioritariamente em prevenção e isso depende em grande parte de uma articulação maior entre o programa saúde da família, saúde do trabalhador e saúde nas escolas. Se não mudarmos os paradigmas da saúde vamos sempre gastar muito com a doença ao invés de investirmos na saúde”, afirma.

Além disso, é necessário pensar que a falta de divulgação de todas as etapas da conferência pode atrapalhar a participação efetiva da população. Para Erico, “não podemos discutir uma mudança nas conferências pela baixa participação e intervenção da sociedade civil sem convocá-los para o momento mais importante que é a Conferência Local de Saúde, primeira etapa da Conferência Nacional, através de cartazes nos centros de saúde, UPAs e Hospitais e através dos meios de comunicação de massa como rádio e TV”, finaliza.

Não vamos aceitar Parlamentares ameaçam direito de greve de servidor



Impedir a greve dos servidores públicos. Na prática é esta a intenção do anteprojeto de lei que tramita no Congresso Nacional que busca regulamentar as greves no serviço público. Pelo texto apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), os servidores dos setores essenciais deveriam manter 60% da categoria em atividade em caso de paralisação. A proposta determina ainda que os dias parados seriam descontados e não iriam contar no tempo de contribuição previdenciária. Com mais penalidade, o texto permite a substituição dos grevistas após decisão judicial.

O Sind-Saúde/MG recebeu o texto com perplexidade pelo afronta ao legítimo direito do servidor de lutar por melhores condições de trabalho que em muitos casos só é possível através da greve. Os trabalhadores da saúde de Minas Gerais deverão estar preparados para manifestar contra esse retrocesso imposto pelo segmento mais conservador do Congresso Nacional.

O secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol, afirmou que este encaminhamento rompe o acordo dos parlamentares com as centrais sindicais ao aprovar o texto sem consenso. Pedro Armengol lembra também que não é possível aprovar um texto que regule a greve sem discutir outro que faça com que os governos abram negociação, conforme reforçaram as centrais em projeto entregue a Jucá.

O projeto deverá passar pelas duas casas legislativas – Câmara e Senado – e pode sofrer alterações na tramitação. A discussão deste projeto deve ser acompanhada por todo o funcionalismo brasileiro. Da forma como está, a proposta inibe os servidores públicos de fazer greve. A nova composição do Congresso Nacional, com forças ainda mais conservadoras, deve colocar a classe trabalhadora em alerta constante para impedir prejuízos como esse à classe trabalhadora.

Reposicionamento judicial AÇÕES DE PROMOÇÃO E SEUS EFEITOS

***Matéria escrita pelo advogado do Sind-Saúde, Dr. Frederico Guimarães*



A partir de 2004 os servidores associados do SIND-SAÚDE/MG ajuizaram ações contra o Estado de Minas Gerais e suas Fundações pleiteando a progressão com base na Lei 10.961/92 e no Decreto 36.033/94. Isso porque o Estado não havia procedido conforme a determinação legal.

Frise-se que a forma de ascensão na carreira se baseava, principalmente, no tempo em que o servidor estava no cargo.

Já em 2005, o Estado publicou as leis 15.462 e 15.785 que alteravam os cargos e instituíam novas formas de promoção. Essa somente foi implementada a partir do Decreto 45.274/09, que somente entrou em vigor em agosto de 2010.

Observe, assim, que já no curso das referidas demandas o Estado alterou a forma de ascensão profissional dos servidores da saúde, com isso houve alguns problemas.

Isso porque: quando da entrada em vigor do Dec. 45.274/09 muitas demandas ajuizadas com base nas antigas formas de promoção já tinham suas sentenças judiciais definitiva já proferidas e que determinavam a promoção de acordo com o tempo em que o servidor estava no seu respectivo cargo.

Como o tempo no cargo é fator de ascensão para as duas formas – a anterior e a atual – não se poderia aproveitar o mesmo tempo que foi usado pela decisão judicial (que se baseava na antiga norma) para a nova.

Diante disso, criou-se uma situação para os servidores da saúde que lhe poderiam trazer prejuízos.

Foram, assim, protocoladas várias renúncias nos processos de promoção, sendo que em muitos casos eram aceitas, e noutras, quando já havia a sentença judicial definitiva não, pois já havia uma ordem do Juiz.

Diante disso, o SIND-SAÚDE/MG tem se reunido constantemente com a SES para tentar reverter essa situação, sendo que em muitos casos têm se atingindo algum objetivo. Da mesma forma, o Departamento Jurídico do SIND-SAÚDE/MG tem insistido novamente naqueles casos em que a princípio não foram aceitas as renúncias demonstrando que houve perdas salariais ou mesmo apresentando novos argumentos.

Estamos assim atentos no sentido de corrigir a situação de todos os servidores que manifestaram as renúncias, seja por meio da negociação em andamento com o próprio Estado, seja em novas incursões junto ao Poder Judiciário.

Filie-se ao Sind-Saúde/MG

Uma categoria forte, com sua representação fortalecida, é o caminho para valorização e conquistas no mundo do trabalho.



O POVO DEU O RECADO E QUER MAIS PARTICIPAÇÃO

A eleição presidencial de 2014 foi bastante disputada e colocou os brasileiros para discutir os projetos políticos para o futuro do País. Propostas que apontam dois caminhos diferentes foram colocadas no jogo eleitoral e o povo escolheu qual o trajeto para os próximos quatro anos.

Dentro dos planos de governo apresentados durante a disputa à presidência da república, muito se falou em participação popular, de forma a dar voz à população e incentivá-la a integrar o processo político do nosso País.

Ficou evidente que a necessidade de se rever os métodos de inclusão da velha política, que respaldada pela grande mídia, trabalham contra os interesses da população e travam o desenvolvimento social limitando a pluralidade desse povo, é algo de primeira necessidade.

O decreto de lei 8.243, de 23 de maio de

2014, que regulamenta os conselhos populares, é a mais nova ferramenta de luta contra a opressão da elite diante a classe trabalhadora.

Esse decreto prevê a criação de diversos instrumentos para a democracia participativa, entre eles: Conselhos de Políticas Públicas, Conferências nacionais, ouvidoria pública, mesa de diálogo com representantes da sociedade civil e sindicatos, Fóruns Interconselhos, Audiência Pública, etc.

Mesmo criando mecanismos de participação popular, é necessário que todos os cidadãos acompanhem os processos de decisões políticas em suas regiões. Nos sites das assembleias legislativas sempre estão disponíveis consultas públicas referentes a temas que impactam diretamente a vida das pessoas e estar ciente de seus direitos e deveres é a melhor ferramenta de participação.



“Porque eu só preciso de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos.”

Guimarães Rosa

O Sind-Saúde/MG deseja a todos os trabalhadores da saúde um 2015 de muitas realizações e união da categoria.

Juntos somos mais fortes!

**PESSOAS COMUNS
QUE ENFRENTAM
JORNADAS
INTENSAS
PENOSAS E REPETITIVAS
DE TRABALHO**

A triste realidade dos trabalhadores de frigorífico no Brasil

O documentário “Carne, Osso”, que foi produzido em 2011 pelo Repórter Brasil, mostra a dura realidade de trabalhadores de frigoríficos no Brasil. Foram abordadas as terríveis condições de trabalho que esses funcionários são submetidos, sendo obrigados a trabalhar em um ambiente frio, sofrendo uma enorme pressão psicológica e ainda por cima com baixos salários.

A pressão muitas vezes é ligada ao tempo, os funcionários são forçados a trabalhar em uma velocidade determinada, que segundo médicos é altamente prejudicial a saúde devido ao grande número de movimentos realizados por minuto. Muitos dos trabalhadores entrevistados tiveram que parar de trabalhar pois ficaram lesionados após anos realizando os mesmos movimentos.

Além disso, a taxa de acidentes de trabalho em frigoríficos é muito mais alta do que

em outros setores. A alta jornada pode ser um fator que faz com que esse número cresça, uma vez que trabalhar cansado pode ser uma das causas de acidentes. Por outro lado, os baixos salários forçam os trabalhadores a, além de trabalharem muitas horas no frigorífico, trabalharem em outros serviços, fazendo bicos para ajudar na renda familiar.

Situação similar acontece com servidores da Funed e Hemominas que trabalham em linhas de produção. Por isso, essa é uma questão abrangente, que deve ser olhada também pelo nossa categoria. O Sind-Saúde/MG recomenda esse documentário por tratar de uma questão tão valorizada pelo sindicato, que é a saúde do trabalhador. Vale a pena conferir!

O documentário pode ser assistido completo no Youtube, basta procurar por “Carne, osso”.



Um 2015 de conquistas e vitórias! É o que o Sind-Saúde/MG deseja à você!